

COELHO, Edmundo Campos. Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000

Resenhado por Dionéia Gabrieli Valk¹

Edmundo Campos Coelho foi professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) durante trinta e um anos. Graduado em sociologia, política e administração pública pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em sociologia pela *University of California Los Angeles*, durante sua trajetória tratou de temas diversos, sendo suas principais obras: “A Oficina do Diabo: Crise e Conflito no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro” (1987), “As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930” (1999) e “A Sinecura Acadêmica: A Ética Universitária em Questão” (1988), além, é claro, de “Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira” – foco deste escrito.

Em 1972, uma versão preliminar dessa obra circulou no IUPERJ, sendo depois de três anos retomada pelo autor e acrescida de capítulos adicionais. Em suma, contendo 207 páginas em uma divisão de sete capítulos, versa sobre as relações militares e civis sob o prisma da organização militar, enfocando na evolução

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: dioneiagabrieli@gmail.com.

do Exército e sustentando que esse contou com o crescimento dos seus interesses e demandas como organização. Isso influenciou, no período analisado, o comportamento político do Exército, além de contar com a aquisição de maior autonomia com relação à sociedade civil, bem como de um isolamento progressivo da influência da mesma.

Na introdução, o autor inicia a abordagem tratando da concepção instrumental do papel da organização militar, ou seja, um instrumento da sociedade civil, conforme os interesses antagônicos de classes, grupos sociais e demais forças políticas que delimitam a ação militar. No entanto, tal concepção seria inadequada por suas dificuldades teóricas e conceituais. Dessa forma, como mecanismo de explicação atuaria imperfeitamente, fazendo com que se utilize o enfoque organizacional para o estudo, pondo destaque central na organização – e não no sistema inclusivo. Sugere aqui o autor que a abordagem organizacional é vista sob uma ótica histórica e se constitui como “um ponto de partida teórico para a análise de processos políticos” (COELHO, 2000, p. 28), estando relacionada com a explicação da evolução histórica do Exército, por meio do elevado peso dos interesses da organização como elemento do seu comportamento político, o aumento da autonomia no que diz respeito ao sistema social e um “fechamento” à influência da sociedade civil.

É possível concordar com a interpretação organizacional utilizada pelo autor, posto que a análise instrumental normalmente não considera as especificidades da corporação militar. Certamente, a compreensão do papel do Exército como um agente político percorre-se pela percepção de questões organizacionais, já que as Forças Armadas podem ser caracterizadas como organizações relativamente fechadas que se inserem em um âmbito interno complexo. Dessa maneira, acabam desenvolvendo identidade própria. Deve-se ressaltar, no entanto, que a utilização dessa perspectiva não descarta a interação com o meio externo, longe disso: busca o entendimento das formas que a organização e o meio externo se influenciam mutuamente. Os estudos abrangendo a perspectiva organizacional começaram a surgir no Brasil em meados da década de 70, podendo-se apontar, nesse sentido, o artigo de José Murilo de Carvalho (1974). Assim, em plena vigência do período ditatorial, surgiam no Brasil obras para tratar da relação entre os militares e a

sociedade civil e, sem dúvida, essas obras atuaram como influenciadoras de outras análises posteriores que versassem sobre a perspectiva organizacional.

O capítulo dois “Da independência à Questão Militar” aborda, até a revolução de 1930 no que concerne ao Exército, o comportamento da elite política civil brasileira que foi denominado de *política de erradicação* que: “se nutre de atitudes hostis à existência de uma força armada permanente e profissional, consiste em aplicar à organização militar a máxima do ‘conformar-se ou perecer’” (COELHO, 2000, p. 34).

Essa política de erradicação no Brasil, durante o segundo Império, foi de hostilidade para com o Exército, chegando até a sua marginalização. Já na República Velha foi de cooptação da liderança militar. Isso pode ser ilustrado, por exemplo, através da classe política que não adaptou-se à existência de um Exército nacional (permanente e profissional), uma vez que era interpretado no período como uma ameaça à ordem civil. Posteriormente, a política de erradicação implicou na diminuição do efetivo e do orçamento do Exército, preferindo a Guarda Nacional ao invés dele. Prudente é assinalar também a parte do livro destinada a tratar sobre a Questão Militar. No tocante ao Exército, alguns aspectos são apontados, como as aspirações frustradas, a crise de substituição de liderança, as clivagens internas e a democratização do Exército.

A proposta interpretativa de Coelho, utilizando do conceito da política de erradicação, vai ao encontro de outras literaturas da área que também fomentaram a negação da elite política de dispor de forças profissionais e permanentes, bem como da hostilidade inicial das relações civis-militares. Exemplos disso são o recrutamento das tropas e as más condições de serviço nos quartéis, a preferência por forças militares locais e privadas, assim como as experiências com as tropas do período colonial que, desde então, causaram repulsa pela corporação militar na sociedade brasileira. No entanto, não se consegue averiguar até que ponto o autor evitou a contraposição com outras posições plausíveis na época, isto é, dos posicionamentos favoráveis à constituição de um Exército profissional. Seus argumentos são baseados em dados que poderiam ser contrapostos, como é o caso do orçamento de defesa, estabelecido segundo uma série de fatores que não medem

o eixo qualitativo de análise. Portanto, em tal caso, é precipitada a conclusão de que a diminuição de tal orçamento evidencia apenas a política de erradicação.

Por seu turno, o terceiro capítulo “A ascensão militar” abrange, a partir da proclamação da República, o início de uma maior “autoconsciência e autoestima” por parte dos militares. Dessa forma, dissolveram-se os vínculos primários que conectavam o Exército à sociedade civil, embora isso não estivesse surgindo, segundo o autor, junto de um caráter militar. Nas páginas seguintes é discutida a temática do papel do Exército. A explanação inicia com a função moderadora, ou melhor, o mito dessa função devido ao seu “conteúdo tão elástico” e fazendo referência a uma missão regeneradora desempenhada pelo Exército que se ajustava às orientações da mentalidade militar da época. Posteriormente, discute-se sobre o papel do Exército por meio de duas concepções civis, a de Olavo Bilac e a de Alberto Torres, assim como de uma concepção militar, a dos jovens turcos.

Ainda que seja possível identificar em todo o livro, o capítulo três e o próximo capítulo (comentado no parágrafo seguinte) são quando ficam mais claras as razões do título do livro escolhido por Coelho “Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira”. São capítulos em que o autor acaba comentando claramente sobre a hostilidade civil, as origens das intervenções militares, o descontentamento do Exército, entre outros fatores que são expressos nos intentos da definição do papel do militar nesse contexto, sendo produtos, logo, de um grande esforço: a busca por identidade. Nesse seguimento, também a doutrina militar que passava a constituir-se auxiliava na busca por identidade. Ainda, outro ponto importante comentado pelo autor no capítulo três e que é amplamente estudado na literatura existente sobre o aparato militar, pois trouxe grandes resultados militares para o Brasil, é sobre a Missão Militar Francesa que estimulou a modernização e aperfeiçoamento profissional do Exército.

No capítulo quatro “Da doutrina à solidariedade militar”, no contexto do Estado Novo, o autor sugere que o Exército conta pela primeira vez com uma doutrina militar que definia seu papel militar. Tal doutrina militar em muito se deve a Góes Monteiro, detentor de um pensamento no qual o Exército servia como um “instrumento essencialmente político” e modelo para a organização da sociedade civil, sendo a filosofia do governo calcada no binômio segurança/

desenvolvimento. Isso se assemelhava à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), vivenciada a partir de 1964 no Brasil. Comenta o autor, portanto, que o pensamento de Góes Monteiro seria uma antecipação de mais de vinte anos da posterior DSN. A partir disso, a política do Exército no período era envolta pelo nacionalismo e pela repressão. Coelho fecha o capítulo tratando da solidariedade militar que surgiu no Exército. O anticomunismo, por exemplo, foi um fator de solidariedade dentro do aparato militar.

Por esse ângulo, é plausível afirmar que cunhar o termo solidariedade militar consiste em algo novo, não sendo comumente utilizado na literatura da área. Considera-se crível, nos dias de hoje, associá-lo à concepção comumente empregada da cultura da organização militar. No relativo à Doutrina de Segurança Nacional é um tanto arriscada a afirmação do autor de que essa doutrina já estaria presente desde o pensamento de Góes Monteiro, pois é difícil que um conjunto de ideias se perpetue com o passar dos anos e as mudanças que surgem com eles, tanto nas Forças Armadas quanto na sociedade, quer dizer, resista à influência do tempo. Além disso, esse capítulo é extremamente importante, pois são evidentes os sintomas da politização da organização: a influência na doutrina e na hierarquia militar. Inclusive, auxilia na compreensão do que a mescla entre militar e política pode ocasionar, isto é, Forças Armadas se politizando e a política se militarizando.

O capítulo cinco intitulado “1945-1964: a alienação do Exército”, explana sobre um conceito bastante relevante, o da política laudatória. Correspondendo à fase iniciada a partir de 1930 e que pode ser denominada de institucional, a política laudatória demonstra a ascensão do Exército e a maneira com que a sociedade passa a enxergar os militares. Essa política declarada pelo autor se constitui como estratégia da classe política, sendo expressão do oportunismo político. Além disso, nesse capítulo Coelho trabalha sobre os mecanismos da alienação do Exército, por meio da dualidade de moedas, a coerção e o voto; do processo de secularização, ou seja, o ajuste da profissão militar aos valores da sociedade civil; e, por fim, a percepção da imagem pública, isto é, a existência de uma imagem negativa do militar que o aliena ainda mais da sociedade civil.

No sexto capítulo “Identidade militar e poder militar”, o autor inicia expondo parâmetros sobre a política de clientela e sua utilidade para compreender as relações

civis-militares no Brasil, partindo da abordagem de Nathaniel H. Leff (1968). O resultado dessa política de clientela, continua expondo Coelho, é a expansão da área de atuação do Estado. No caso brasileiro sucedeu a estruturação da burocracia estatal. Depois, trata da crise de identidade difusa das Forças Armadas mediante a fragmentação política que gera uma fragmentação militar. Relacionado a isso está o poder militar que o Exército brasileiro foi adquirindo com o passar do tempo, fazendo com que detivesse o controle das decisões sobre o futuro da sociedade civil, como é o caso no Estado Novo. Como fechamento do capítulo, explana que a crise de identidade do Exército proveio da crise de identidade do Estado, na medida em que houve a ausência de uma instituição que fosse aceita como autoridade nacional por todos.

Durante toda sua obra, o autor apresenta suas explicações teóricas para depois fundamentar com o caso brasileiro – o que auxilia no entendimento completo do ponto de vista apresentado. Isso pode ser ilustrado através de alguns pressupostos teóricos. Aqui, ressalta-se o “consenso sobre domínio” e o “complexo messiânico”, presentes no capítulo discutido anteriormente. O “consenso sobre domínio” se refere a um “conjunto de expectativas – tanto para os membros da organização quanto para os não-membros com os quais ela interage – a respeito do que a organização deve ou não fazer” (COELHO, 2000, p. 154). Na prática, ele proporciona uma imagem do papel do Exército, o que auxiliaria no processo de institucionalização que deveria ser instaurado no Exército brasileiro; a ausência desse conceito esteve atrelada à utilização do preceito mais diverso de função moderadora. O “complexo messiânico”, por sua vez, é relativo à “procura permanente da personalidade salvadora, do homem forte, do líder carismático, do homem providencial” (COELHO, 2000, p. 159). No entanto, tal conceito põe em evidência a problemática de possuir o personalismo (políticos como Vargas, Jânio, Juscelino e Goulart, e militares como Juarez Távora, Eduardo Gomes e Teixeira Lott), mas não o institucionalismo.

Por fim, no capítulo sete “Descompressão: prospectos”, o autor começa aludindo novamente à Doutrina de Segurança Nacional. Por meio dela, as Forças Armadas estariam se institucionalizando e isso estaria gerando maior coesão e consenso internos – que aconteceram devido à diminuição do “nível de conflito permitido à sociedade civil”, sendo efetuada diante disso uma reorganização nacional

calcada em novos valores e criando uma “sociedade integrada” com forte auto-consciência nacional. Depois, começa a discorrer sobre o termo “descompressão”. A descompressão se caracterizaria como uma “convergência de identidades” da sociedade e das Forças Armadas. Tal descompressão poderia se dar por habituação, pela capacidade de implantar rotinas políticas estando relacionado com o desempenho do regime.

Esse capítulo é bastante suscetível a apreciações contrárias à análise do autor, já que, atualmente, alguns de seus posicionamentos poderiam ser considerados um tanto quanto radicais. É possível inferir ainda que faltou um capítulo final com a conclusão do trabalho. O capítulo sete, ainda que trace avaliações e prognósticos, não arremata o livro com o que foi discutido, não retoma seus principais pontos, nem estabelece resultados claros quanto ao que o autor gostaria de ter transmitido em sua obra. Por fim, por ser um capítulo em grande parte baseado em prospectos, acaba se tornando relativamente abstrato para ser evidenciado.

Como aspecto geral do livro é plausível dizer que o autor fez um bom trabalho na demonstração de como o Exército foi evoluindo e adquirindo consciência própria, como uma organização diferente das outras na sociedade, calcando sua análise nos padrões de percepções e comportamentos que estavam se cristalizando na corporação militar – e analisados sob a perspectiva desta. Pode-se considerar como ponto máximo do trabalho a parte trabalhada sobre as relações do Exército e o regime político em 1930, podendo ainda ser considerada uma obra de referência nesse quesito.

Pensa-se que para escrever sua obra, Coelho se baseia muito nos trabalhos de Samuel Huntington, desde a utilização dos conceitos de política de erradicação até o conceito de descompressão política, respectivamente presentes em Huntington (1964, 1973). No entanto, por vezes a obra foi escrita reiteradamente em excesso, na medida em que informações são escritas duas vezes em um mesmo trecho, mas de maneiras diferentes, sendo frequente o uso da expressão “em outros termos” para tanto. Dentre os casos enquadrados nessa observação, alguns podem ser citados:

[...] funcionando como ponto de convergência das escassas aspirações do Exército e como catalisador da consciência militar, a liderança carismática de Caxias inibiu a interação expressiva entre os militares, o desenvolvimento de símbolos corporativos e de um universo de discurso que desse fluxo corrente,

dentro do Exército, aos sentimentos que aí prevaleciam. **Em outros termos**, a sua liderança inibiu o desenvolvimento de fatores de solidariedade interna que seriam capazes de promover a reação militar à política de erradicação (COELHO, 2000, p. 53, grifo meu).

[...] queremos dizer que o Exército, neste período, adquiriu maior consciência de sua própria existência como entidade distinta na sociedade, diferente sob vários aspectos de outros grupos sociais. **Em outros termos**, as fronteiras da organização militar tornaram-se mais firmemente definidas na consciência de seus membros (COELHO, 2000, p. 127, grifo meu).

[...] a doutrina atenua a crise de identidade das Forças Armadas ao funcionar como uma “in-between structure” que postula a interdependência entre a esfera da segurança nacional, por um lado, e as diversas esferas da atividade nacional, por outro, amplia o escopo da participação militar legítima e re-define as funções classicamente associadas à organização militar. **Em outros termos**, a doutrina da Segurança Nacional incorpora uma teoria a respeito da natureza tanto da sociedade civil e da organização militar, quanto da natureza das relações entre ambas (COELHO, 2000, p. 166, grifo meu).

Além disso, também é possível ressaltar a partir do forte rigor teórico do autor que por vezes ele acaba salientando em demasia explicações teóricas e, em decorrência, diminuindo a ênfase em aplicações dessa teoria, como na utilização de exemplos para fundamentar o tópico trabalhado. Porém, em outros aspectos o livro possui uma grande variedade de bibliografia de referência, o que demonstra uma maior confiabilidade para os dados apresentados. No decorrer de sua escrita, constantemente apresenta outras obras e autores do tema sendo discutido, o que tende a auxiliar principalmente os leitores verdadeiramente interessados no assunto para saberem mais. Ao fim, entende-se essa obra como um bom material para compreensão do tema discutido.

Certamente o estudo de Coelho é relevante por trazer sua contribuição para fomentar o debate sobre questões políticas e militares. Ele até pode ser considerado como uma iniciativa inovadora naquele período devido à escassez de estudos sobre o Exército, principalmente tratando da corporação militar como uma organização com dinâmica própria. Nesse sentido, na atualidade ainda é possível afirmar a relevância desses estudos, principalmente de modo analítico, ainda que tenha tido vasta produção sobre o tema com o transcorrer dos anos, surgindo novos e significativos trabalhos e discussões realizadas por sociólogos, historiadores e

cientistas políticos, o que expandiu consideravelmente nosso horizonte de visão, possibilitando o aprofundamento de outras óticas e compreensões.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas e a Primeira República: o poder desestabilizador. **Cadernos DCP**, n. 1, 1974, p. 113-188.

HUNTINGTON, Samuel P. **Approaches to political decompression**. [S.l.: s.n.], 1973.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Soldier and the State**. New York: Vintage Books, 1964.

LEFF, Nathaniel H. **Economic Policy-Making and Development in Brazil 1947-1964**. New York: John Wiley, 1968.